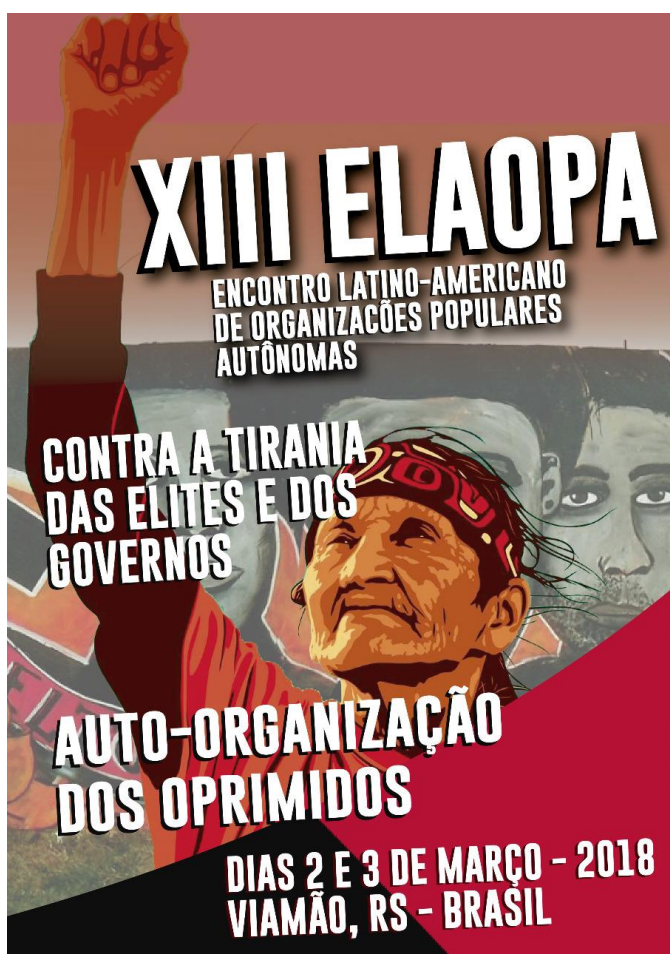


**XIII Encontro Latino Americano de Organizações
Populares e Autônomas - ELAOPA**
Viamão, Rio Grande do Sul – Brasil
2 e 3 de Março de 2019

**FRENTE A AMEAÇA CONSERVADORA,
FORTALECER AS E OS DE BAIXO COM LUTA E ORGANIZAÇÃO!**



Vivemos tempos em que as relações humanas – também o confronto político – são mobilizadas por afetos. Mas os sentimentos que mobilizam são cada vez mais pautados pela ética neoliberal e pelo capitalismo, e nesse sentido vemos ganhar força uma forte ofensiva conservadora que toma governos e penetra a sociedade de maneira geral. A crise de 2008 teve um papel importante nesse processo de ascensão da extrema direita. Alimentar esses sentimentos de xenofobia, sexismo, racismo, homofobia, preconceito com a pobreza, etc, contribui para mascarar o enorme crime financeiro que beneficiou os bancos em detrimento de gigantescos sacrifícios sociais e econômicos.

Junto com isso, a crise política que nos coloca nesse lugar (e de uma maneira muito particular na América Latina) tem relação direta com a desilusão com os governos ditos

progressistas, que se mostram mais do mesmo e parte do jogo da velha política. Por outro lado, as lutas sociais e as vozes de sujeitxs que foram por séculos silenciados se fizeram ouvir de forma muito poderosa, deixando bem claro que não aceitaremos mais a exploração dos homens sobre as mulheres, dxs brancos sobre negrxs e povos originários, dos ricos sobre os pobres. Esses movimentos escancararam e ameaçaram as estruturas mais básicas e mais intestinas do sistema patriarcal e racista que nos esmaga, mostrando que os direitos de raça, gênero e classe estão conectados e que muitas opressões estão dentro de casa, nas relações políticas e domésticas mais básicas, causando um enorme desconforto.

Nesse sentido, há uma reação tanto de classes mais populares, quanto da classe média ressentida e da burguesia. É a raiva de quem nunca teve nada e a indignação de quem perdeu privilégios que achava que eram direitos. No contexto de neoliberalismo e crise política, diante da precariedade da vida e da enorme devastação dos direitos as pessoas buscam caminhos alternativos às disputas dos partidos tradicionais, e caem no canto da extrema direita, solução salvacionista. Assim, ataques aos imigrantes, mulheres e LGBT's, negrxs, povos originários, população pobre e periférica, guerras imperialistas e devastação ambiental fazem parte da necropolítica estatal de caráter racista e patriarcal que caracteriza essa etapa de Estado Policial de Ajuste.

Frente a essas ameaças, o conjunto de lutadorxs das organizações que constroem o ELAOPA, que nunca tivemos ilusões com governos e nem com saídas conciliadoras dentro do sistema assassino, temos diante de nós o desafio de endurecer nossas lutas, intensificando o combate ao conservadorismo, nos organizando em defesa dxs lutadorxs sociais e dos DDHH. Temos o desafio de construir uma ética para tempos melhores, construir antídotos para as indiferenças, reforçar os laços de solidariedade para além das fronteiras, desde baixo criar repertórios para uma luta social combativa com autonomia e independência.

**CONTRA O AJUSTE E A REPRESSÃO,
LUTA E ORGANIZAÇÃO!**

**CONTRA A TIRANIA DAS ELITES E DO IMPERIO,
AUTO-ORGANIZAÇÃO DXS OPRIMIDXS!**

INTRODUÇÃO AOS EIXOS DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO

Os eixos dos Grupos de Discussão do XIII ELAOPA foram elaborados pela comissão organizadora com o objetivo de fomentar o debate sobre nossas ações atuais e futuras. Neste sentido, mais que um debate conceitual que reafirme nossos princípios e métodos, pretendemos que o resultado dos grupos seja a construção de linhas de atuação para fortalecer nossas lutas.

Desta forma, não se pretende substituir o acúmulo de anos anteriores a partir dos debates por frentes de atuação (agrária, territorial, sindical, estudantil, opressões, direitos humanos), e sim debater temas que são transversais às lutas sociais através de questões colocadas por processos sociais atuais. O objetivo é trocar experiências para avançarmos em todas as frentes em que estamos, buscando dar conta do cruzamento (intersecção) de opressões e violências vividas pelas classes oprimidas em seu enfrentamento com as estruturas de poder.

Assim, a partir de nossos princípios e métodos (autogestão, ação direta, independência de classe, de partidos e governos, solidariedade de classe, internacionalismo, luta contra opressões, democracia direta e de base), gostaríamos que fossem elaborados repertórios de ação para orientar nossas agrupações no próximo período com luta e organização desde baixo.

Comissão Organizadora

LUTA E ORGANIZAÇÃO E OS SETORES MAIS PRECARIZADOS DAS CLASSES OPRIMIDAS

O capitalismo é uma estrutura de dominação e exploração das elites sobre quem vive do seu próprio trabalho. Se reproduz, como sistema, através de uma dinâmica constante de violências, cooptando, excluindo, degradando vidas e destruindo dinâmicas coletivas, com uma produção de discurso legitimador permanente. A precarização da vida é, neste sentido, intrínseca ao capitalismo: por um lado as correlações de forças na sociedade definem a conquista de mais ou menos direitos; por outro, a margem “permitida” pelas elites, dentro dos acordos governamentais, tem sempre o limite de sua própria existência como elites. O intocável é sempre o lucro e manutenção das relações de poder. Diante disto, a esquerda sempre teve suas estratégias, pois nasce do contraponto ao sistema vigente. A questão vem se tornando, no entanto, mais difícil em virtude do avanço das múltiplas formas dessa precarização.

O trabalho precário no capitalismo contemporâneo, podemos dizer, tem várias formas e graus. Considerando o tempo em que as pessoas passam trabalhando e a relação direta entre formas de subsistência e realização humana com o trabalho, podemos dizer que a precarização do trabalho é a precarização da vida. Neste sentido, existe a terceirização que fragmenta coletivos de trabalhadoras e trabalhadores em múltiplos e fragilizados vínculos trabalhistas, com vários padrões e alta competição interna por postos, com geração de estresse devido aos riscos permanentes de assédio e demissão. Existe também o fenômeno da pejetização que transforma o status jurídico de pessoas físicas em entidades jurídicas para mudar as formas de contratação e aumentar a exploração e driblar a tributação em prol do empresariado – forma de contratação que contribui para a constituição ideológica, em um setor da classe trabalhadora, de que cada um é um empreendedor isolado em competição com outros.

Entre os setores da classe que possuem alguma estabilidade ou direitos que lhe asseguram segurança, as ameaças de precarização passam pelos ataques diretos a direitos trabalhistas duramente conquistados pela luta social. O avanço conservador para manutenção ou aumento dos lucros está começando a atacar, em nosso continente, também estas parcelas da classe até então acostumadas a certa segurança social. Entre os setores mais empobrecidos da população, a precariedade se naturalizou ao longo de décadas com o desemprego permanente, driblado por trabalhos informais, muitas vezes esporádicos e altamente instáveis. A baixíssima remuneração de trabalhos deste tipo, associados à ausência de direitos básicos como educação e saúde, é parte da reprodução da pobreza estrutural da América Latina, atingindo especialmente trabalhadoras e trabalhadores das periferias, gente do campo, indígenas, mulheres e pessoas negras. Este contingente não é pequeno e tem relação com arranjos de poder históricos que sempre mantiveram setores da população à margem de qualquer "contrato social".

Os governos de turno, por sua vez, não cansam de tentar ludibriar o povo com chantagens do tipo "menos direitos para mais desenvolvimento". Parece sempre haver uma nova versão da velha promessa nunca cumprida do capitalismo gerar bem-estar para toda sociedade. Em tempos de

crise e avanço conservador e neoliberal, a estratégia do "remédio amargo" ganha força e a "gestão da crise" com ataques a direitos torna-se forma de governo permanente.

Toda esta precariedade está envolta em discursos individualistas de cunho, muitas vezes, meritocrático. "Tu é pobre, porque não te esforçou", dizem os ricos - sempre herdeiros e corruptos. Assim, o desemprego (ou sua ameaça em cenários de crise), somado a esta "individualização" de um problema que é social produzem cada vez mais um esgarçamento do tecido social, em que as potencialidades coletivas (de luta e apoio mútuo) são suprimidas pelas ameaças constantes e permanentes do risco à própria subsistência individual e familiar. Essa desvinculação tende a produzir formas individuais de alternativas a problemas, em que o caminho mais simples parece ser recorrer, no máximo, a familiares ou às igrejas, quando não a atividades ilegais ou ao crime organizado (que geralmente remunera muito melhor que os trabalhos precários de sempre). A inconstância das relações devido às mudanças permanentes de postos de trabalho contribui para o processo.

Paralelamente a isso (ou em decorrência disso) vivemos, em muitos contextos, a ausência de entidades e agremiações ou agrupações não-institucionais que produzam laços de sociabilidade que apontem para saídas coletivas. Sem nem mesmo a possibilidade de haver construção de identidade de classe, o trabalho militante por esquerda torna-se muito mais difícil. Muito da esquerda domesticada pelas instituições do Estado se tornou incapaz de sequer pensar sobre este problema, pois segue apostando todas as fichas em eleições que restringem os limites das demandas e das formas de luta. À esquerda independente resta ocupar o lugar do trabalho de base. Mas neste cenário faz-se necessário encontrar outras formas de construção de vínculos e organização, talvez outros métodos e repertórios de ação e discurso para produzir espaços sociais e comunitários de solidariedade e resistência, ultrapassando a fragmentação das classes oprimidas.

✓ **Eixos para discussão**

- Avanço do conservadorismo nos governos, mas também nos valores
- Defesa dos DDHH, violência extra-oficial e repressão do Estado
- Quais ações (quais nossos repertórios) podem contribuir para agrupar esses setores mais precarizados
- Judicialização e as saídas individuais que criam obstáculos à organização e luta coletiva
- Como relacionar demandas imediatas e lutas gerais contra ataques mais amplos das elites
- Temas para campanhas conjuntas (conflitos, presos, lutas diversas, solidariedade)
- Objetivos para o próximo ELAOPA

RAÇA E ETNIA NA LUTA SOCIAL

Desde a colonização portuguesa e espanhola, a América ficou marcada pela segregação racial. Racismo dos europeus refletido em milhões de mortes de povos indígenas e de africanos escravizados. Esse processo histórico deixou marcas até hoje vivas em nossas sociedades: os quase 5 milhões de negros escravizados no Brasil desde 1500 até 1888; as ofensivas dos proprietários de terra na Argentina no final do século 19 contra os povos Ranquel, Araucano e Mapuche – estes últimos provavelmente os primeiros habitantes do que hoje são Argentina e Chile; e também os ataques aos Mapuche promovido pela governo chileno há pouco menos de dois anos.

Todo esse histórico de violência e opressão a povos indígenas e negros culminam em uma sociedade – neste caso, a brasileira – que só reconheceu minimamente direitos institucionais a eles no final do século 20 e início do 21. Somente na Constituição Federal de 1988 é que os indígenas tiveram “garantidos” o seu direito óbvio a terras e somente em 2012 é que cotas raciais viraram lei. Esses dois exemplos dão ideia do descaso governamental brasileiro aos povos indígenas e negros. Desdobramentos desse genocídio histórico são: mortes abundantes de indígenas por latifundiários no interior do país – o atual presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro ainda disse que “No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena”; ou o que o vice-presidente General Mourão comentou – “o Brasil herdou a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos”. São as marcas institucionais que justificam as mortes constantes de negros e indígenas em todo o país por séculos de história do Brasil. Exemplos concretos são: prisão injusta de Rafael Braga em meio aos protestos de junho de 2013 ou o assassinato da deputada negra Marielle Franco, numa clara retaliação às denúncias que fazia em relação à violência da polícia militar no Rio de Janeiro. Em Porto Alegre – RS são vários os casos: aluno indígena é esfaqueado em frente ao Restaurante Universitário da UFRGS sem que haja uma correta investigação do caso; o Balanta, movimento negro gerado dentro da UFRGS, teve que ocupar por dois anos consecutivos a Reitoria da universidade por ataques às cotas raciais promovidos pela instituição.

Raça e etnia são temas transversais, que por isso mesmo atravessam o debate sobre luta social sempre e em todos os âmbitos, assim como classe. No entanto, não se pode tomá-las como pressuposto de debate e ação nos movimentos de luta, gerando assim uma secundarização da pauta. É preciso sim encarar como transversal, mas na linha de frente, sempre enxergando o racismo por trás de todas as lutas que vieram a ser travadas.

✓ **Eixos para discussão**

- Avanço do conservadorismo nos governos, mas também nos valores
- Defesa dos DDHH, violência extra-oficial e omissão e violência do Estado
- Como se relaciona "classe" com "raça/ etnia" no discurso e na ação

- Quais ações (quais nossos repertórios e pautas) podem contribuir para integrar a luta anti-racista e agrupar - e qual o lugar dos não-negros e não-indígenas neste processo
- Como relacionar demandas imediatas e lutas gerais por direitos, incluindo de povos tradicionais (relacionada muitas vezes ao território e ao meio-ambiente)
- Temas para campanhas conjuntas (conflitos, presos, lutas diversas, solidariedade)
- Objetivos para o próximo ELAOPA

LUTA CONTRA A LGBTFOBIA

Ao falar sobre opressões à comunidade LGBTTT, indubitavelmente deve-se tomar como princípio a análise da estrutura de nossa sociedade heteronormativa, patriarcal e sexista, bem como observar as definições e papéis de gênero que ela impõe juntamente com seus desdobramentos e conseqüências nas vidas da população LGBTTT. O preconceito, de modo geral, é estrutural, e por isso é um equívoco enorme afunilar a perspectiva diante do potencial de alcance de sua reprodução e intensidade dos seus reflexos independentemente da instituição/espaço que frequenta, da ótica político-ideológica ou meio social de que se observa.

As duas primeiras instituições compostas por valores e regras que geralmente a criança cria contato são: a família e a escola. E é nesse sentido que a Escola, diferentemente da família que é mais individualizada, tendo seu dever de exercer a pluralidade, deve ser um espaço de disputa para validar escolhas e expressões que não cabem dentro da padronização sexista e heteronormativa. Naturalmente, ambas são importantíssimas para formação da ética e caráter dos indivíduos, entretanto são, também, muitas vezes, reprodutoras das padronizações sustentadas a partir da lógica social dominante na maioria dos países do globo. Portanto, o fato da LGBTfobia estar enraizada na sociedade – assim como o racismo e o machismo – faz com que a disseminação desse preconceito transpasse por qualquer sexo, raça/etnia, campo político ou instituição. À vista disso, um caminho importante para conscientização e reeducação da sociedade que a militância LGBTTT e outros movimentos sociais buscam é a educação de gênero e a diversidade desde os primeiros anos escolares. Desta forma, percebe-se que o Estado é o principal responsável por viabilizar políticas em defesa à diversidade de gênero e combate à violência sobre esse grupo marginalizado. Todavia, na maioria dos países percebe-se a omissão e negligência frente à questão, o que desencadeia e perpetua esse cenário que se esboça via efeito colateral e muitas vezes fatal em todas as esferas da sociedade.

No entanto, seguindo na contramão, no Brasil e em outros países da América Latina, desde alguns anos vêm se intensificando ideias proto-fascistas e um avanço conservador, o que gera um *Estado Policial de Ajuste* que, para além de promover cortes nas áreas da seguridade social, reforça as forças policiais e aumenta a repressão das liberdades sociais e individuais, investindo na criminalização de movimentos sociais ou expressões culturais que entendam como ameaça. Um exemplo disso é o episódio de setembro de 2017 (PoA) em que ocorreu grande repressão da polícia aos grupos LGBT's e movimentos sociais que protestavam em frente ao banco Santander que curvou-se aos pedidos do grupo de direita (MBL) ao censurar através do cancelamento a exposição *Queermuseu*. Isso tende a se tornar mais frequente, pois o atual governo de Bolsonaro segue uma linha autoritária de extrema-direita que execra qualquer contraposição às ideias defendidas por ele.

Dentro da esquerda, se tratando de opressões, é comum partir do pressuposto de que o assunto está subentendido, porém, a prática individual ou dinâmica coletiva ao invisibilizar e secundarizar

tais debates e lutas contrastam. Uma vez que os pilares de sustentação do capitalismo têm como fundamento a compassividade à manutenção do machismo, do racismo e da homofobia nas áreas socioculturais e sociopolíticas, geram a eclosão do grande desafio da esquerda: não somente apoiar pautas e demandas pontuais de grupos oprimidos, mas promover a inclusão de valor dessas temáticas, caso contrário, jamais se avançará efetivamente na luta antifascista e anticapitalista.

✓ **Eixos para discussão**

- Avanço do conservadorismo nos governos, mas também nos valores
- Defesa dos DDHH, violência "extra-oficial" e omissão e violência do Estado
- Como se relaciona "classe" com "identidade de gênero e sexualidade" no discurso e na ação
- Quais ações (quais nossos repertórios e pautas) podem contribuir para integrar a luta anti LBGTFobia e agrupar - e qual o lugar das pessoas cis e heterossexuais neste processo
- Como relacionar demandas imediatas e lutas gerais por direitos, superando a ideia de separação entre questões privadas e públicas
- Temas para campanhas conjuntas (conflitos, presos, lutas diversas, solidariedade)
- Objetivos para o próximo ELAOPA

AÇÕES CONTRA A BUROCRATIZAÇÃO NOS MOVIMENTOS POPULARES

"O burocratismo não está na forma jurídica adotada. Pouco importa o que está escrito no estatuto, no boletim ou no site do movimento ou partido, nenhuma formalização representa seguro antiburocracia. A perspectiva que me parece mais fértil é deslocar o debate para a questão da participação e mobilização."

Por Ricardo Rugai

Os processos de lutas na América Latina são amplos e complexos, cada país e cada local têm a sua dinâmica e particularidades. Quem atua no comunitário no Brasil tem desafios diferentes dos que quem atua na Argentina, por exemplo. Mas há um elemento comum em todas as frentes de luta, nas agrupações estudantis, sindicais, comunitárias, feministas, antirracistas, LGBTQ+, no campo e florestas, e outras, que é o da burocratização dos movimentos sociais.

É comum vermos sindicatos sabotando mobilizações de trabalhadores de uma categoria, trabalhando ao lado dos governos e patronais. Em pautas importantes para a sociedade, como a reforma da previdência no Brasil, o papel que cumprem as centrais sindicais muitas vezes é o de frear as mobilizações ou de convocar chamadas de Greve Geral sem nenhum debate prévio e mobilização construído pela base, apenas acordos firmados entre a direção das centrais.

A burocratização pode ser resumida a um mecanismo, um *modus operandis*, que barra e/ou ausenta a participação da base nos espaços de manifestação e decisão, um freio a mobilização da indignação e necessidade de luta dos setores explorados, oprimidos e dominados. A burocratização se apresenta desde a rigidez de uma direção e na dependência de intermediários e de vias legais para a legitimidade da luta ao esvaziamento da coordenação, de assembleias e demais espaços de organização das bases.

O combate à burocratização vai além de um bom estatuto, de uma formalização jurídica da boa conduta. O desafio é compreender as causas da desmobilização não só nos espaços dominados por reformistas e autoritários, mas também nos espaços de nossa presença enquanto minoria ativa. O exercício que estamos propondo é do uso da criatividade, que possamos pensar em formas de agrupar no dia a dia no trabalho com nossos colegas e vizinhos, de maneira que gere participação nas pessoas, onde a experiência da democracia direta e da ação direta vão criando um outro imaginário, um novo sujeito. Pois entendemos que o rompimento com essa cultura formada pela burocratização dos movimentos sociais, que afasta as pessoas das mobilizações e decisões precisa ser transformada desde já.

Para isso, a fomentação de um grupo dinâmico, com rotatividade de funções, e, para, além disso, que desenvolva uma cultura de participação e mobilização que se faz essencial. Coisas simples e rotineiras como a promoção de reuniões abertas, confecção coletiva de materiais de propaganda como faixas estandartes, momentos para estimular a reflexão sobre os cenários políticos, suas

pautas e com quais métodos defendê-las; até o estímulo à formação de blocos combativos de rua em uma categoria para lutas que envolvam a classe como um todo e a participação massiva em chamadas de tipo *greve geral*, são atividades que podem romper com a burocratização.

✓ **Eixos para discussão**

- Como dialogar com setores do povo que jogam todas suas esperanças nas eleições, onde se perpetuam burocratas profissionais
- Como mostrar que é possível ser um agente ativo (ação direta) ao invés de terceirizar a ação a um "representante" ou "dirigente" autoproclamado
- Participação em eleições de direções
- Isolamento dos setores combativos e defensores de democracia direta provocado pelas direções burocráticas
- Combate às burocracias nos movimentos em que nós estamos
- Objetivos para o próximo ELAOPA

GÊNERO, FEMINISMOS E LUTA POPULAR

Os movimentos de mulheres têm realizado lutas históricas nos últimos anos no mundo todo, em especial na América Latina. Assim, tivemos manifestações no #8MParo na Colômbia, Brasil, Peru, Costa Rica, Guatemala, El Salvador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela; as ocupações feministas no Chile; as greves internacionais de mulheres; o Ni Una a Menos e a luta pelo aborto legal na Argentina; o movimento que levou à Lei Integral para Pessoas Trans no Uruguai; a explosão do grito das mulheres desde 2015 com as Mulheres contra Cunha (ex deputado federal) até o movimento #ELENÃO no Brasil, etc.

As nossas lutas são contra o patriarcado e a opressão estrutural da relação de poder constituída na concepção de gênero a partir do sexo, que funda o sistema que vivemos e que tem no capitalismo e no estado a expressão ampla e coletiva desse mecanismo de opressão. O sistema em que o homem controla a mulher, os filhos, a propriedade, a natureza e que perpassa todas as esferas da vida pública e privada e afeta as relações pessoais e políticas.

O nosso grito que exige botar abaixo essa estrutura é uma força poderosa de transformação social, justamente porque atinge os elementos mais fundamentais das relações de dominação expressos na articulação das categorias de classe, de raça, de gênero e em todas as esferas da sociedade.

Como consequência disso, um fenômeno que está presente na conjuntura é a reação de expressiva parcela de pessoas -principalmente homens- que, mesmo sendo oprimidos em algum sentido, ao se confrontar com essa reivindicação entendem o questionamento de seus privilégios como ameaça ao que pensam ser direitos. Trata-se de uma reação a mudanças culturais, principalmente de valores feministas. A reação conservadora nos exige especial atenção nesse momento com os elos mais frágeis da nossa militância. No curso de uma guerra contra as mulheres, precisamos pensar em estratégias de sobrevivência e de emancipação.

Em todos os cantos do globo estamos nos organizando. Embora cada contexto opere com especificidades e dinâmicas próprias, compartilhamos temas comuns como a falta de creches; a luta por moradia; saneamento básico; acesso à saúde e educação; o combate ao assédio sexual e à violência contra as mulheres; o direito ao corpo; a partilha do trabalho doméstico e de cuidado; trabalho digno e salários iguais; defesa dos territórios e meio ambiente, etc.

A precarização das relações de trabalho e a carestia de vida atingem mais as mulheres, em especial as populações tradicionais/originárias e as mulheres negras. De modo geral, somos as mais atingidas nos momentos de crise, nos conflitos pela terra, pelo desemprego ou através de forte exploração nos trabalhos mais precarizados, também pelo aumento do valor do alimento e do custo de vida e, além disso, com a falta da saúde e educação pública.

Se os marcadores de raça e de gênero são determinantes na constituição da exploração econômica pelo capitalismo, em uma etapa de ajuste e repressão violentos, junto com o crescimento da influência de lideranças religiosas, as elites vão tentar avançar em pautas conservadoras nas áreas da saúde, da educação, da cultura e dos direitos humanos.

O movimento feminista é, atualmente, uma das mais poderosas forças sociais na América Latina. Nós estamos na linha de frente, mas essa luta não é apenas para nós, mulheres, é uma luta para a liberdade de cada corpo e de cada território oprimido.

É um desafio para os movimentos sociais organizados como um todo incorporarem as pautas e priorizar os valores feministas como estratégia de combate ao avanço do conservadorismo e ascensão da extrema direita na conjuntura de ajuste e repressão.

É preciso aprender com os feminismos comunitário, negro e indígena, apostar no seu repertório de ação direta que inclui a defesa e recuperação dos territórios (território corpo e território terra), como a destruição da violência e do ódio como instrumento político e social; a construção do corpo político e sua conversão em resistência; a construção de relações com participação horizontal e reconhecimento dos sujeitos políticos, da democracia direta, princípios de inclusão e convivência, do autocuidado e do cuidado coletivo; o fortalecimento do espaço (casa, bairro, rua, terra, escola) onde se faz a vida comunitária, a atividade de memória -do caminho de nossas ancestrais e dos que lutaram antes- a organização, as histórias, a palavra, o pensamento, a oralidade e a arte.

É nossa tarefa no próximo período centrar forças na construção de ferramentas de luta para o sul político latinoamericano, negro, indígena e periférico, potencializando nosso feminismo latinoamericano. Deve ser inegociável que a luta antipatriarcal seja transversal em todos os espaços de construção de nossa prática política. Devemos nos dedicar a pensar as problemáticas das frentes em que atuamos (comunitária, sindical, estudantil, DDHH, dentre outras) a partir de um olhar feminista.

FRENTE AO MACHISMO, AÇÃO DIRETA E AUTORGANIZAÇÃO!

✓ **Eixos para discussão**

- Avanço do conservadorismo nos governos, mas também nos valores
- Defesa dos DDHH, violência extra-oficial, omissão e violência do Estado
- Como se relaciona raça e classe com "gênero" no discurso e na ação continuada de nossa militância
- Quais ações (quais nossos repertórios e pautas) podem contribuir para integrar a luta feminista e agrupar - e qual o lugar dos homens neste processo

- Como relacionar demandas imediatas e lutas gerais por direitos, superando a ideia de separação entre questões privadas e públicas
- Temas para campanhas conjuntas (conflitos, presos, lutas diversas, solidariedade)
- Objetivos para o próximo ELAOPA